



ANAIS DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº AVULSO

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 23 DE NOVEMBRO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PP

ELIO RÜSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PP	Cida Borghetti
PT	Tadeu Veneri
PDT	Barbosa Neto
PPS	Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMR	Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB	Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühler - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Miltinho Pupio; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMR** - 01: Pastor Edson Praczyk

AVULSO

SUMÁRIO

Proposta de Emenda Constitucional.... 02

AVULSO

Proposta de Emenda Constitucional:

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1º Fica incluído o artigo 226-A na Constituição do Estado, com a seguinte redação:

Art. 226-A. O Estado promoverá o reassentamento ou a indenização dos agricultores que, de boa fé, estejam ocupando terras destinadas por meio de processo demarcatório, aos povos indígenas.

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) ELTON CARLOS WELTER

Apoiamento:

Jocelito Canto, José maria Ferreira, Rafael Greca, Marcos Isfer, Padre Paulo Campos, André Vargas, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin, Natálio Stica, Pedro ivo Ilkiv, Tadeu Veneri, Ângelo Vanhoni,

Elza Correia, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Ademir Bier e 01 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná, durante governos passados, promoveu a titulação de terras rurais para pessoas não índios em áreas tradicionalmente ocupadas por índios.

A atual Constituição Federal, em seu artigo 231, estabeleceu que *são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens*. E os parágrafos deste mesmo artigo especifica o que são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, entre outras disposições.

Diante deste dispositivo constitucional estão em curso junto à Fundação Nacional do Índio (Funai) e Ministério da Justiça do Governo Federal, processos de demarcação de áreas indígenas. Uma vez concluídos estes processos estará configurado um conflito entre os atuais ocupantes destas terras, não índios e os eventuais índios que vierem a recuperar, por disposição expressa da Constituição Federal, estas mesmas terras.

A forma de resolver este conflito, ante o direito fundamental dos índios, reconhecido pelo ordenamento constitucional pátrio, é reassentar ou indenizar os não índios ocupantes de boa fé destas terras reconhecida-mente indígenas.

Considerando que a União não poderá indenizar terras que, por disposição constitucional é dela própria, a solução é o Estado promover o reassentamento ou a indenização dos não índios que compulsoriamente terão que deixar suas terras, nas quais, muitas vezes ocupam por décadas, inclusive a maioria com títulos registrados, os quais foram emitidos pelo Governo do Estado.

Assim, justificável a presente alteração da Constituição do Estado, a fim de viabilizar a ação do Governo do Estado, no sentido de reassentar ou indenizar estes ocupantes de boa fé de terras indígenas, após a sua devida demarcação, havendo a possibilidade da União contribuir com recursos, através de convênios, na forma como está sendo procedido com outros entes federados.

